

Bendita Crise!

Dionísio Dias Carneiro

Economista, diretor da Galanto Consultoria e do IEPE/CdG

5 de novembro de 2009

Apesar dos argumentos “keynesianos” que têm dado respeitabilidade à festa da ganância de final de mandato, o Brasil não foi salvo da recessão pela política fiscal expansionista, ao contrário do que ocorreu, por exemplo, na China. Talvez não seja exagero dizer que a política fiscal expansionista é que foi salva pela recessão externa.

A forte retração do nível de atividade com que o ano começou fez com que uma política fiscal que seguia uma trilha irresponsável fosse elevada à qualificação de “anticíclica”. Os gastos primários cresciam a mais de 6% ao ano em termos reais desde o primeiro mandato de Lula, sem crise. Mas a crise externa fez mais: aumentou a incerteza quanto aos mercados financeiros em geral e as aplicações sofisticadas em particular. Isso beneficiou a demanda por títulos públicos e por depósitos nas instituições financeiras públicas. Em consequência, ficou mais barato financiar o aumento dos gastos.

Sem os efeitos domésticos de uma queda da demanda externa por nossa produção interna, o expansionismo fiscal já teria deixado o Banco Central em situação ainda mais difícil do que vai ocorrer, caso as taxas de crescimento esperadas para 2010 cheguem perto do que projetam os mais eufóricos dos governistas, que anunciam um novo milagre econômico em consequência do PAC. A inflação estaria ameaçando a meta e, provavelmente, o Banco Central estaria testando os limites de tolerância política dos acólitos de Lula em final de mandato. Muitos analistas apostam que este cenário de conflito será inevitável para 2010. Não estou convencido de que a economia mundial consiga pressionar as exportações brasileiras a ponto de forçar uma nova disputa inflacionária entre demanda interna e demanda externa pela capacidade produtiva brasileira.

Por ter abandonado as ideias macroeconômicas dos economistas de seu partido, Lula pôde colher os frutos de sua escolha e conquistou o segundo mandato com a bandeira de que não precisava ser irresponsável para fazer políticas redistributivas. O relatório de Marcelo Neri e equipe da FGV, e os resultados do trabalho do IPEA, liderado por Ricardo Paes de Barros, mostram os progressos feitos, inequívocos.

Infelizmente, o desembarque paulatino dos membros da equipe de Palocci que dedicaram anos a um programa de reformas que não prosperou no quadro político pós-mensalão foi trágico. As necessidades de remover os gargalos da infraestrutura foram vitimadas pelo combate ideológico e fisiológico às agências regulatórias, e a doutrina da redistribuição com austeridade fiscal foi sendo substituída por um ataque ao espantinho do “estado mínimo”. Os aumentos da folha de salários ocorreram sob a desculpa do “estado necessário”, uma imagem que se tornou bem mais palatável em meio à destruição global causada pela combinação de moeda frouxa e bancos fora de controle. Na justificativa oficial para a queda do superávit primário, desapareceu qualquer preocupação com a dinâmica da dívida pública. Quando prevalece a visão de que os juros elevados (causados pelos protetores de banqueiros) eram a principal causa dos perigos do excesso de endividamento, as escolhas ficam mais fáceis: quando a inflação menor baixa o custo da dívida, o governo pode gastar mais.

Este é um caminho perigoso. Na nova doutrina, o governo empurra a demanda global e os empresários embarcam nos projetos de expansão de oferta favoritos dos burocratas e que beneficiam os políticos. Se necessário, o governante puxa as orelhas de empresários para que aumentem a capacidade produtiva, uma versão tupiniquim do “*nudge*”, o empurrãozinho organizador que inspira a equipe de Obama.

Mais uma vez, o atual caminho de expansionismo fiscal pode precisar de outra crise externa para que não assuste os investidores. No quadro atual, a incerteza quanto ao futuro das taxas que serão cobradas pelos detentores da dívida pública tende a se agravar, diante da disparidade entre a doutrina da Fazenda de que “o dinheiro pinta” e o desejo do Banco Central de não perder o controle sobre a inflação esperada para 2010. Há um limite para o discurso dúbio do Presidente, que reconhece o valor político da inflação baixa, mas não consegue tolerar restrição aos planos de gastos associados aos seus projetos políticos. O perigo é que sua sucessora presuntiva não tenha nem o discurso dúbio, mas uma certeza assustadora.